



>> CORRUPÇÃO E CONFLITO: O FOGO-FÁTUO EM QUE ARDE A UCRÂNIA

A Ucrânia, país visceralmente dilacerado pela ofensiva militar russa do seu território soberano, apresenta desde o dia 23 de junho, o estatuto de país candidato à adesão à União Europeia. Têm ficado óbvias, para a comunidade internacional, as intenções de viragem ao Ocidente, manifestadas por aquele país, Ocidente esse que tem respondido aos apelos sucessivos de apoio militar, logístico, económico e humanitário.

Ao longo dos últimos anos, desde a integração da Ucrânia, em 2003, na política europeia de vizinhança, que a União Europeia tem suportado, em várias dimensões, as tentativas de reformas encetadas pela Ucrânia destinadas a reforçar o Estado de Direito e a combater a corrupção (grande e pequena), naquele país, até à data, sem inequívoco sucesso.

O problema da corrupção na Ucrânia constitui um dos maiores entraves à adesão definitiva da Ucrânia à União Europeia, conforme se alcança, desde logo, do repto lançado por Ursula von der Leyen recentemente. De facto, desde a anexação pela Rússia, da região da Crimeia em 2014, que a UE, no âmbito da Programação do Instrumento Europeu de Vizinhança (IEV) – 2017-2020 – Quadro Único de Apoio da UE à Ucrânia (2018-2020), enumerou como prioridades de ação o reforço das instituições e da boa governação, incluindo o Estado de direito e a segurança, a par do desenvolvimento económico e oportunidades de mercado, a conectividade, a eficiência energética, o ambiente, as alterações climáticas e a mobilidade e contactos interpessoais, nomeadamente a inclusão social. Entre 2014 e até 2020, a UE transferiu para a Ucrânia quase quatro mil milhões de euros de incentivos aos principais setores com potencial para combater a corrupção, conforme concluiu o Tribunal de Contas Europeu em 2021.

Com efeito, este fenómeno está profundamente enraizado nas instituições públicas, políticas e económicas do país, que apresenta um Estado capturado por blocos de poderosas elites políticas e económicas de estrutura piramidal (oligarcas), no qual a resistência a reformas profundas é evidente. Um estudo recente levado a cabo por jornalistas de investigação, estima os custos da elisão fiscal na Ucrânia, por meio de *offshores* em, pelo menos, mil milhões de euros por ano.

O esforço da Ucrânia na redução dos níveis de corrupção que apresenta é essencial para o seu crescimento económico e consequentes melhorias da vida que sobrar aos cidadãos. Mas não só. Reduzir a corrupção tem um impacto significativo na segurança global. Tal foi já assumido pelos Estados Unidos da América na sua primeira Estratégia de Combate à Corrupção, com respaldo na também primeira Cimeira para a Democracia, instrumentos nos quais o combate à corrupção é colocado como um dos pilares essenciais da prosperidade democrática.

Para as nações ocidentais afigura-se com cada vez maior premência que, em nome da segurança global, os seus esforços de cooperação não devem centrar-se exclusivamente na corrupção dos países em desenvolvimento ou em conflito. A identificada ação na facilitação das finanças ilícitas através dos mercados ocidentais, dos paraísos fiscais e das redes financeiras internacionais justifica a urgência de iniciativas internacionais anticorrupção, direcionadas tanto para o setor público como privado.

Perceber que uma política de sanções severas, neste caso, aplicadas ao país ofensor, pode contribuir para o aumento das práticas corruptivas, é fundamental. Exige-se assim, maior vigilância e capacidade de resposta rápida sobre os canais habituais de branqueamento de ativos e de capitais e sobre os esquemas de elisão fiscal de modo a permitir o controlo das elites, habituadas a subjugar, por meio da prática criminosa, a economia.

Facto inegável é que corrupção, instabilidade, conflito e miséria são cores frias de um espectro. Na Ucrânia...e sem exceção em qualquer latitude.